

Gustavo Barroso: eugenia e nacionalismo autoritário

Gustavo Barroso: Eugenics and authoritarian nationalism

Gilson Leandro Queluz

*Doutor em Comunicação e Semiótica
Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
queluz@utfpr.edu.br*

Karla de Souza Babinski

*Mestre em Tecnologia
karla_babinski@yahoo.com.br*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a presença das ideias eugenistas na constituição do pensamento nacionalista autoritário do intelectual Gustavo Barroso no período anterior a sua adesão ao integralismo. A pesquisa foi embasada em artigos de jornais do período entre 1909 e 1929, que demonstraram sua visão eugenista, especialmente na sua proposição da “Lei dos Indesejáveis” em 1916. Os resultados da pesquisa demonstram que Gustavo Barroso tinha uma clara ligação com o pensamento eugênico, ciência amplamente discutida no período, e que, acreditamos, foi de grande importância para a construção de seu pensamento integralista, no qual demonstrará posteriormente visões ainda mais radicais, principalmente o antissemitismo.

Palavras-chave: Gustavo Barroso; Eugenia; Nacionalismo.

Abstract: This article aims to analyze the presence of eugenic ideas in the constitution of authoritarian nationalist thinking by the intellectual Gustavo Barroso in the period before his accession to fundamentalism. The research was based on newspaper articles from the period between 1909 and 1929, which demonstrated his eugenic vision, especially in Barroso’s proposal of a “Law of Unwanted” in 1916. The research results show that Gustavo Barroso had a clear connection to the eugenic thought, science widely discussed in the period, and that was of great importance for the construction of his integralist thought, which demonstrate views, even more radical, especially about anti-Semitism.

Keywords: Gustavo Barroso; Eugenics; Nationalism.

O presente artigo tem como objetivo analisar as ideias eugenistas do intelectual Gustavo Barroso como aparato legitimador de seu discurso excludente, ligado a um forte pensamento nacionalista autoritário. A pesquisa foi embasada em artigos de jornais do período entre 1909-1929, que demonstram a sua visão eugenista, especialmente quando da proposição ao Congresso Nacional, em meados da década de 1910, da Lei dos Indesejáveis. Os resultados da pesquisa demonstram que Gustavo Barroso tinha uma clara ligação com o pensamento eugênico, ciência amplamente discutida no período, e que, acreditamos, foi de grande importância para a construção posterior de seu pensamento integralista, marcadamente antisemita.

No início do século XX o Brasil passava por diversas transformações, tornara-se uma república recentemente, trazendo questionamentos sobre o futuro do país, especialmente, a formação da mesma como nação. O nacionalismo passou a ser tema recorrente, principalmente em meio aos intelectuais, que buscavam entender e construir uma nação genuinamente brasileira.

Neste processo alguns intelectuais passaram a desenvolver uma visão nacionalista conservadora autoritária, tendo como intuito “salvar” o Brasil de um processo de degeneração, que não estaria sendo convenientemente enfrentado pelo estado liberal burguês. Para esses pensadores a formação de uma população brasileira deveria se enquadrar nos moldes civilizadores do progresso, passando a ser tema de destaque, sendo estudado e analisado a partir de diversas teorias. Uma destas teorias era a eugenia que passou a ser discutida e difundida amplamente no meio intelectual brasileiro como forma de entender e instrumentalizar o processo de constituição de uma nação brasileira “sadia” e progressista.

Entre os intelectuais que defendiam abertamente uma visão eugenista, demonstrando uma visão pessimista referente ao futuro do país, e a formação do povo brasileiro, estava Gustavo Barroso.

Gustavo Adolfo Luíz Guilherme Dodt da Cunha Barroso nasceu na cidade de Fortaleza no dia 29 de dezembro de 1888, filho de Antônio Filinto Barroso e de Ana Dodt Barroso. Gustavo escreveu vários livros, ligados principalmente ao folclore nordestino, além de publicar artigos em diversos periódicos¹. Utilizava pseudônimos, sendo o que lhe

¹ Suas obras passam de uma centena em publicações onde os temas são os mais variados, abrangendo arqueologia, biografias, contos, economia, ensaios, ficção, folclore, história, memórias, museologia, poesia e política. Sua primeira publicação literária foi Terra e Sol, de 1912, que descreve o sertão nordestino. Foi Redator dos jornais, *Jornal do Ceará* e *Jornal do Commercio*, além de diretor da revista *Fon-Fon*, entre outras contribuições (MOREIRA, 2006: 9 - 21).

trouxo maior reconhecimento foi o de João do Norte. Fez parte da Academia Brasileira de Letras, sendo o terceiro ocupante da cadeira 19, eleito em 1923. Também fundou e dirigiu o Museu Histórico Nacional, ocupando o cargo de diretor entre o período de 1922 a 1959, onde se afastou da função apenas no período entre 1930 e 1932. Aderiu ao integralismo em 1933, se tornando um de seus principais líderes. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1959 (MAIO, 1992: 67-73).

Consideramos que a historiografia sobre Gustavo Barroso ainda não se deteve com profundidade em sua visão eugênica no período pré-integralismo. Os trabalhos realizados sobre o autor em questão foram normalmente direcionados a sua visão antissemita, já dentro do integralismo, ou, sobre seus textos folclóricos (MAIO, 1992; CRUZ, 2004; COSTA, 2009; MOREIRA, 2006). Na nossa visão, parece central, a reflexão sobre a influência do pensamento eugênico em Gustavo Barroso, tanto para uma melhor compreensão deste destacado pensador autoritário, quanto para vislumbrar outras nuances das articulações entre representações de ciência e discursos nacionalistas no contexto intelectual brasileiro.

154

Nacionalismos autoritários

O início do século XX foi um período de grandes transformações no mundo. O final do século XIX ainda deixava resquícios no início do novo século, como os preceitos liberais e positivistas dentro de uma lógica de progresso e civilidade embasados na ciência e na tecnologia. Mas, essa visão “otimista” sobre os avanços sociais e as condições de vida do ser humano, mudou, segundo Hobsbawm (1995), a partir de 1914 com a primeira guerra mundial, dando fim ao que Costa e Schwarcz (2007), chamaram de “tempo das certezas”², iniciando-se de fato, na concepção do historiador, o século XX e juntamente com ele a *Era da Catástrofe*³, que abrangeria até 1945.

² Para as autoras esse período: “... Sem dúvida esse é um tempo que apostou em verdades absolutas, em normas morais rígidas, na resolução de todos os imponderáveis, e fiou-se em modelos que distinguiam, de forma insofismável, o certo do errado. Não é à toa que tenha sido tão longo. Como acredita o historiador inglês Eric Hobsbawm (1995), para além das datas que congelam os marcos, o século XIX teria terminado apenas em 1914. Foi, então, e com a realidade da Primeira Guerra Mundial, que se pôs fim a esse “tempo das certezas...” (COSTA & SCHWARCZ, 2007, p. 14).

³ Hobsbawm define a Era da Catástrofe: “... De todos os fatos da Era da Catástrofe, os sobreviventes do século XIX ficaram talvez mais chocados com o *colapso dos valores e instituições da civilização liberal* cujo progresso seu século tivera como certo, pelo menos nas panes “avançadas” e “em avanço” do mundo. Esses valores eram a desconfiança da ditadura e do governo absoluto; o compromisso com um governo constitucional com ou sob governos e assembleias representativas livremente eleitos, que garantissem o domínio da lei; e um conjunto aceito de direitos e liberdades dos cidadãos, incluindo a liberdade

Esse período que envolve as duas grandes guerras foi determinante para a formação de novos pensamentos políticos contrários ao liberalismo⁴, como o comunismo e o fascismo, que passaram a fazer parte do imaginário e das práticas sociais do período.

Foi em meio a essas mudanças internacionais que o Brasil do início do século XX passou a tentar se enquadrar social e economicamente, sofrendo influências diretas dessas novas vertentes políticas, ao buscar constituir uma identidade nacional a partir de novos preceitos, em meio a grandes transformações econômicas e sociais: o novo regime republicano, as novas relações de produção baseadas na mão de obra assalariada e um forte desenvolvimento urbano.

Surge então, juntamente com a visão negativa do liberalismo, o que Beired (1999) chamou de *direita nacionalista* ou *nacionalismo de direita*, formada principalmente por intelectuais, que acreditavam serem os únicos que poderiam mudar o destino “catastrófico” de seu país”. “...Nesse sentido, os intelectuais empenharam-se na tarefa de traduzir em termos nacionais a nova ordem que se impunha na Europa por meio da expansão das experiências autoritárias e totalitárias...” (BEIRED, 1999:18).

Para o historiador, essa nova direita que surgiu rompia com o “padrão tradicional da direita preexistente”, principalmente por romper com os princípios liberais. Nesse sentido, o nacionalismo que passou a ser empregado tinha como sinônimo de luta a “salvação do Brasil” sendo tema recorrente entre os intelectuais⁵.

O Brasil passou a ser palco de desenvolvimento de uma nova direita política que sustentava bandeiras nacionalistas e antiliberais, surgindo um nacionalismo de caráter militante que propunham um programa de luta política em prol da salvação da nação, do qual o passado deveria ser “abandonado” para a construção de um novo futuro mais promissor e civilizado.

Esse nacionalismo estava vinculado a uma nova visão, mais conservadora, que destacava o papel do Estado como interventor direto na sociedade, principalmente na vida

deexpressão, publicação e reunião. O Estado e a sociedade deviam ser informados pelos valores da razão, do debate público, da educação, da ciência e da capacidade de melhoria (embora não necessariamente de perfeição) da condição humana...” (HOBSBAWN, 1995:113-114, grifo nosso).

⁴ Ver: BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO, 1998.

⁵ Beired destaca o surgimento de um novo nacionalismo distinto dos existentes que chama de tradicionais, que basicamente utilizavam da literatura e educação como forma de propagação. Para o autor, baseado na ideia de Oliveira (1990), surgiu, após a primeira guerra, ideais, um nacionalismo denominado militante “... que propunha um programa de luta política de organização de movimentos que deveriam atuar em prol da salvação da nação. [...] O surgimento do nacionalismo de direita significou uma ruptura com o padrão tradicional da direita preexistente em ambos os países, ao assumir a defesa de posições antiliberais, nacionalistas, estatistas e corporativistas.” (BEIRED, 1999:17- 19).

das classes menos favorecidas, que pode ser denominado, nos termos de Beired, de *nacionalismo autoritário*.

Para Boris Fausto (2001) o nacionalismo autoritário acreditava que para a construção de uma nação brasileira, devia-se desvincular de preceitos liberais. Para Fausto, o que identifica os pensadores autoritários é a apreensão referente à construção nacional: “... No Brasil existia um povo, mas não uma nação e seu correlato: a identidade nacional...” (FAUSTO, 2001:45), sempre ligado a um pessimismo referente ao futuro do país. A nação foi teorizada com uma entidade superior, transcendendo o indivíduo e a classe, colocando-se como antítese do marxismo e do liberalismo.

A ideologização da nação formada através da superioridade do Estado tinha de incutir à consciência de todos os cidadãos a subordinação da própria liberdade aos princípios da autoridade, unidos em uma organização corporativa, sendo o trabalho e o desenvolvimento do Estado “superiores” a qualquer distinção social ou política. A realização histórica do Brasil deveria ser feita através do Estado. Para os intelectuais:

A compreensão das práticas políticas e ideológicas dos intelectuais nacionalistas de direita passa pela análise de auto-imagem que tais agentes desenvolveram sobre si próprios no interior de seu projeto autoritário. De acordo com uma visão elitista do processo social, achavam-se imbuídos de uma missão de salvação nacional, a qual se realiza por meio da orientação das classes dirigentes e da participação direta dos intelectuais na política e no Estado (BEIRED, 1999: 61).

Para Beired (1999), dentro da direita nacionalista brasileira havia pelo menos três vertentes de pensamento: *cientificista, católica e fascista*⁶. Todos, dentro de suas teorias, buscando uma forma de condicionar o Brasil em uma nação. Não era incomum, os intelectuais perpassarem pelas três correntes. Gustavo Barroso no decorrer de sua carreira transitou por essas três vertentes de pensamento. Para Chauí, a ideologia autoritária tem como traços mais marcantes:

[...] postular uma consciência entre ideia de verdade (do pensamento) e a ideia de eficácia (de ação), o que implica em reduzir a práxis social e política a um

⁶ Beired (1999) destaca o jornal *A Ordem* (1921-1945) e o do Centro Dom Vital como sua mais pura expressão. Jackson de Figueiredo e depois Alceu Amoroso Lima, mais conhecido como Tristão de Athaíde (1893-1983), foram seus principais líderes e referências intelectuais.

conjunto de técnicas de ação supostamente adequadas para a obtenção de certos fins. Por conseguinte não é aberrante, mas necessário, que a debilidade teórica do pensamento autoritário seja solidária com sua eficácia prática.

Outra visão que os diferia, como relata Fausto, do totalitarismo é a ideia de que essas elites tinham o papel de conduzir as massas irracionais, justificando a hierarquização social. Na realidade esse discurso tinha o intuito de manipular, contendo possíveis manifestações, mantendo a ordem social (CHAUÍ, 1985:31).

Nessa perspectiva, os intelectuais autoritários, dos quais grande número fez parte da política institucionalizada, tinham o intuito de hierarquizar e controlar a sociedade para que ela “funcionasse” de forma mais eficaz, solucionando os problemas de nossa sociedade.

Os intelectuais do período buscavam se enquadrar nos “novos moldes” sociais baseados, principalmente, em ideais positivistas de ciência e progresso, procurando respostas referentes às questões nacionais brasileiras que diferiam das europeias. Mas, muito além, a “nova elite brasileira”, precisava encontrar meios para se fixar no poder e controlar a sociedade, sendo o nacionalismo, aliado a eugenia instrumentos utilizados eficazmente por uma parcela dessa elite.

Verificando a questão referente ao nacionalismo no Brasil e o papel que os intelectuais tiveram na construção do mesmo, podemos afirmar que, segundo Fausto: “... os nacionalistas autoritários constituíam uma corrente cientificista...” (FAUSTO, 2001:19). Por esse motivo a Eugenia foi utilizada por esse meio, pois sendo uma ciência amplamente difundida nesse período, “auxiliava” esses pensadores autoritários a desvendar as questões referentes ao povo brasileiro e sua formação.

Podemos afirmar que Gustavo Barroso estava engajado fortemente com os ideais autoritários, bebendo dos diferentes polos citados anteriormente. A ideia de hierarquização corporativista, como veremos, foi embasada por Barroso dentro da lógica cientificista, especialmente pela eugenia, mas, ele se valerá ainda de ideais católicos e fascistas para legitimar seu nacionalismo autoritário e a tomada de poder de uma elite. Elementos que, posteriormente, em seus discursos se combinarão, em um espectro mais radical, com um antissemitismo militante.

Nacionalismo e eugenia

Como verificamos, o nacionalismo foi tema recorrente no Brasil do início do século, pois, havia uma preocupação com a formação de nosso país e de seu povo. Baseados em conceitos científicos, buscavam respostas para as questões que acreditavam ser relevantes, e, entre elas, para alguns deles, a eugenia se mostrou indispensável, pois, estava dentre as “ciências mais modernas” do período.

A Eugenia foi uma ciência amplamente difundida na Europa em meados do século XIX, passando a influenciar a América fortemente. Seu objetivo principal era a “melhora” do ser humano, biológica e socialmente. Pietra Diwan (2012) nos lembra que a sociedade, desde a antiguidade, sempre buscou um aperfeiçoamento do homem e da sociedade, com o intuito de instituir a superioridade de certos grupos no poder, mas, o que distingue o século XIX, foi a utilização da biologia como aparato legitimador:

[...] historicamente, houve sempre o desejo de se proclamar a superioridade de um grupo sobre outro, de uma teoria sobre a outra, ou mesmo de um tipo de regime político sobre outro. Os melhores, os eleitos, os superiores sempre foram desejados pelo poder: “[...] Mas, a novidade do século XIX em relação a todas essas sobreposições teóricas seculares e todas essas temporalidades foi o advento do conhecimento biológico e sua influência na vida social, entendendo-as como espécie, o que Foucault chamou de biopoder” (DIWAN, 2012:27).

158

A eugenia surgiu em meio à busca de novas respostas pela ciência de explicar a sociedade e identificar os papéis de cada um dentro da mesma, num período onde a ciência ganhou grande destaque, dentro dos ideais positivistas de progresso e civilidade. Segundo Stepan, “... Em termos práticos, a eugenia encorajou a administração científica e “racional” da composição hereditária da espécie humana...” (2005:9).

Dentro desse contexto, a eugenia emergiu nos discursos dos intelectuais como forma de transformação social, que poderia “melhorar” a sociedade brasileira e sua população, dentro de nossas especificidades: um país onde ainda havia resquícios da escravidão e que buscava “adentrar” aos moldes da modernidade e progresso, baseado em um determinismo biológico, científico e tecnológico.

A eugenia não foi vista de uma forma “homogênea” como destaca Prior (2013), ela era “adequada” de acordo com as “necessidades” de cada nacionalidade. Segundo Prior:

Os movimentos eugenistas que se configuraram pelo mundo não foram de maneira alguma homogêneos, tampouco consensuais. O principal debate norteador dos movimentos foi o que se travou entre a base teórica lamarckista (ou neolamarckista) e a mendelista. A primeira vertente – pautada pelo pressuposto lamarckista da interferência do meio nos caracteres hereditários – considerava a influência do meio no processo evolutivo e, portanto, na prática, passou a ser relacionada com as medidas de saneamento e higienismo. Já os pressupostos mendelistas consideravam os caracteres hereditários como imutáveis por não sofrerem interferência do meio. Para os eugenistas adeptos dessa convicção, não seria útil, portanto, a melhora das condições de existência, mas sim das condições biológicas. Acreditavam que, baseado nelas, viria o progresso (2013:89-90).

Para Stepan (2005) a eugenia no Brasil, assim como na América Latina, diferia daquela mais “dura” empregada em outros países como Estados Unidos, e alguns países da Europa, ligado mais a uma vertente lamarckiana, próxima a políticas sanitaristas que foram amplamente empregadas no início do século no Brasil.

Mas, para Santos (2009), essas visões sobre a eugenia no Brasil e na América Latina se mostram um pouco deturpadas, pois normalmente há uma “exaltação” das eugenias germânicas ou estadunidenses, como eugenias “negativas”, como ciências “verdadeiras”, em detrimento da eugenia latina, que se mostra como uma eugenia mais “social”, normalmente ligada a ideia da miscigenação e a sua “incompatibilidade”. Ele não nega a visão lamarckiana utilizada por alguns eugenistas, mas, lembra que tanto as eugenias positivas (educação, incentivo e regulação da procriação dos capazes), preventiva (controle dos fatores disgênicos pelo saneamento ambiental) e negativa (evitar a procriação dos considerados incapazes), estavam presentes no contexto brasileiro e se correlacionando na busca da formação de uma sociedade moderna, com o intuito de “apagar os símbolos da degeneração”. Para o historiador:

Dos sanitaristas, que negavam as teses da inata indolência tropical, vieram os remédios para um futuro promissor: a educação higiênica e as ações públicas sanitárias. As condições sanitárias teriam de modificar-se para que, transformando os indivíduos, os seus descendentes fossem beneficiados. Eugenistas e sanitaristas entendiam que as reformas das políticas públicas de saúde aprimorariam a capacidade hereditária. Práticas associadas com a

eugenia exemplificam a filiação neolamarckista: campanhas contra o alcoolismo e as doenças sexualmente transmissíveis. Em suma, coexistiam teorias que adotavam uma seleção racial capaz de embranquecer a população, produzindo um “tipo nacional”, com teses de que o futuro eugênico seria resultado do saneamento das áreas rurais e urbanas, além da educação higiênica que propiciaria a criação e manutenção da nova ordem. Essa amplitude de técnicas eugênicas não consistia em interpretação errônea de teorias científicas originais, nem mesmo numa cópia importada sem critério, mas sim na construção de um pensamento eugênico brasileiro (SANTOS, 2009:10-11, grifo nosso).

Um dos principais pesquisadores e propagadores de ideias eugênicas foi sem sombra de dúvida Renato Kehl. Médico considerado “pai da eugenia no Brasil”, por Monteiro Lobato, dedicando-se arduamente no período de 1917 a 1937 a divulgação dessa ciência através de livros, artigos e entrevistas, tanto no Brasil como no exterior, tendo grande reconhecimento em diversos países, sendo também editor de diversos periódicos e revistas nacionais destacando entre eles o *Boletim da Eugenia* que circulou entre 1929 a 1933. Fundou a sociedade eugênica de São Paulo e a Comissão Central Brasileira de Eugenia. Assim como a maioria dos intelectuais do período, seus pensamentos foram marcados pelas diversas transições que o país passava, como já descrito e passou a aprofundar seus estudos sobre essa ciência (SOUZA, 2006:65-66).

Outros intelectuais aderiram as ideias eugênicas, talvez com a mesma intensidade que Renato Kehl, discutindo e escrevendo sobre o assunto como: Monteiro Lobato, Belisário Penna, Roquette-Pinto, Octávio Domingues, Oliveira Viana (SANTOS, 2009).

Não iremos nos aprofundar sobre quais eram as visões desses intelectuais, pois não é esse nosso intuito, só queremos destacar que os pensamentos eugênicos não eram isolados, faziam parte do cenário nacional. Como relata Santos: “...Um intelectual carrega idéias, argumentos, dialoga e relaciona-se com outros atores...” (SANTOS, 2009:3).

A eugenia no Brasil, assim como na América Latina, segundo Stepan (2005) teve papel fundamental nesses discursos, pois, acreditava-se que através dela os países poderiam se destacar no cenário mundial. A ideia de modernidade e civilidade eram bases para a transformação social e a eugenia era o símbolo máximo delas, ligando ela assim, ao nacionalismo, a questão social destacada no capítulo anterior. Para Souza:

Falar sobre a eugenia significava automaticamente pensar em evolução, progresso e civilização, termos que constituíam o imaginário nacionalista das elites brasileiras. Em muitos casos, a eugenia era interpretada como a “nova religião da humanidade”, tamanho a admiração e a crença que os “homens de ciência” depositavam neste saber científico (SOUZA, 2006:19).

Desta forma, surgiu uma ciência determinista, que, em sua forma mais radical, tinha como intuito hierarquizar a sociedade entre mais e menos aptos, como forma de controle total, sendo, obviamente, os mais aptos a elite branca burguesa. Esse controle, fez com que o Estado, em alguns países, inclusive na América, como Estados Unidos, Argentina, Chile, no início do século XX, interviesse diretamente na vida das pessoas, desde a restrição de imigrantes às medidas de esterilização.

Transformada em um movimento científico e social vigoroso a partir dos anos de 1880, a eugenia cumpria metas diversas. Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava a produção de “nascimentos desejáveis e controlados”; enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e – talvez o mais importante – desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade (SCHWARCZ, 2012:79).

161

Veremos a seguir como a eugenia teve influência no pensamento de Gustavo Barroso e como este, passou a incorporá-la em seus discursos políticos e nacionalistas. Como destaca Stepan, a eugenia como ciência amplamente discutida no período teve um papel relevante no meio social: “... a ciência é vista como uma força produtiva que gera conhecimento e práticas que conformam o mundo em que vivemos...” (STEPAN, 2005: 17).

Gustavo Barroso e a lei dos indesejáveis

Para iniciar a análise do pensamento eugênico de Gustavo Barroso, destacamos um texto escrito em 1909 que denominou *A Derrocada*⁷, onde já demonstra uma forte visão nacionalista, baseada na ideia de progresso:

A derrocada da nação se accentua dia a dia; o descalabro do paiz é palpavel a todos.

A razão de tudo isso está na nossa organização politica, na nossa dogmatica e plagiada constituição: e mesmo até na falta do baptismo purificador de sangue, que ha de produzir muita dôr e muita afflicção, mas que será o pollem fecundante, que regenerará a sociedade brasileira, produzindo uma geração nova e austera que vio as barricadas nas ruas, as poças fumegantes do sangue dos recontros e lucto, fuzil em punho, em defesa de seus direitos postergados!...

Dessa explosão surgirá o que nos é preciso - um homem de contextura granitica, ferreo e honrado, tendo no peito entranhado amor á terra do berço, no rosto o desprezo profundo do estrangeiro, que se apoie na bruteza fria da espada, e que leve a pontapés e a chicote a nação inteira estrada do Progresso em fóra, embora nella deixe rastos de sangue que envolta com a lama lhe salpique o centro, pois o juizo imparcial dos posteros, ha de lava-los com a agua limpida dos beneficios que deixar... (BARROSO, 1909: s.n. grifo nosso).

162

Como se verifica, Barroso apresentava uma grande preocupação com a decadência da nação brasileira, que necessitaria de uma nova formação, de um novo homem, que, a seu ver, ocorreria através da luta social. Esse trecho expõe a concepção da construção de um novo povo, baseados em preceitos nacionalistas, através de uma forte simbologia. Ele demonstra, em sua visão, repleta de imagens românticas, que a mudança é necessária e será na dificuldade, no sangue, que se moldará um novo homem. Também destacamos a ideia de progresso denotada em seu discurso, mostrando que estava preocupado, assim como grande parte dos intelectuais do período, com a formação de um novo país ligado aos preceitos modernos do período. O progresso está intimamente ligado à formação da nação, mas, o progresso que Barroso destaca, não é o da visão burguesa/liberal. Como vimos na discussão sobre nacionalismo, o progresso, para ele, se mostra muito próximo ao ideal conservador descrito por Oliveira:

⁷Não consta a data específica nem o jornal em que foi escrito, neste recorte componente do acervo do Museu Histórico Nacional.

O combate tem como meta salvar a civilização. O sentimento do trágico e o amor à guerra se inserem neste processo de regeneração que se ergue contra o pacifismo burguês. A luta deve destruir o individualismo que transforma os homens em átomos, em mercadoria. Neste sentido, o novo nacionalismo opõe-se às premissas da democracia, enquanto regime guiado pelo homem comum, indiferenciado (OLIVEIRA, 1990:72).

Apesar de não possuir nesse trecho uma concepção claramente eugenista, mostra sua preocupação com a formação de uma nação, e principalmente, do povo que fará parte dessa nação, o que convergirá, posteriormente, com a construção de seus discursos ligados a eugenia.

Acreditamos que Barroso mostra pela primeira vez sua visão eugenista, em 1916, período em que era deputado federal do Ceará, através de suas propostas de controle da imigração.

Alguns dias antes de apresentar o projeto de lei, ele escreve na revista *Fon-Fon*, em 16 de setembro de 1916, um texto que corrobora com sua visão eugênica. Utilizando o pseudônimo de *Jotaenne*, a história, intitulado “Ganhar Dinheiro”, relata um domingo em que encontra *Claúdio França* (também pseudônimo do autor) assistindo a um jogo de futebol. No decorrer do artigo relata sua visão sobre o povo brasileiro, referindo-se às pessoas que se encontravam ali, normalmente de forma depreciativa.

A primeira coisa a se destacar no texto é a emersão do tema trabalho e a relação com o fim da escravidão, na fala de *Claúdio* direcionada a *Jotaenne*:

- Com a escravidão que se foi, passou um tanto do preconceito brasileiro de que o trabalho, principalmente o do campo, deslustra e deshonra. Consequencia lógica: desapareceuquasi a mania de ser bacharel, que a influencia dos militares no começo da Republica transformára no ardente desejo de ser alferes e positivista (BARROSO, 1916b:18).

Sabemos que com o fim da escravidão, passou-se a valorizar o trabalho produtivo e a mão de obra livre. O trabalho, ainda sofrendo uma concepção negativa na sociedade brasileira, principalmente o trabalho manual, ligado ao imaginário social do trabalho escravo, necessitou ser ressignificado, como instrumento de civilização e de crescimento econômico e moral. Mas, como percebemos na citação acima, na visão barrosiana isso não foi de todo positivo. Acredita que, contraditoriamente, esta transformação na visão

do trabalho teve como efeito colateral um aspecto negativo nos rumos da formação do povo brasileiro, que não mais se preocuparia em pensar.

O texto continua analisando a população:

As grandes obras da exposição de 1908, da abertura da Avenida e dos canos do Xerem trouxeram a certeza de que a engenharia civil era a melhor das carreiras. A crise matou-a. agora surgiu o veso dos sports. Antes assim. Esses veem demonstrar que o nosso paiz, obedecendo á fatalidade historica, mesologica e sociologica, dos paizes americanos, mirando-se nos exemplos faúlhantes dos Estados Unidos e da Argentina se yankisa. Permitta você a expressão. (BARROSO, 1916b:18).

No trecho acima Gustavo destaca, primeiramente, a Exposição Nacional realizada no Rio de Janeiro, que correspondeu a um período em que a cidade passava por diversas transformações urbanísticas em busca da modernização, baseada no ideal de progresso. A Exposição também estava relacionada à comemoração do centenário de abertura dos portos. O Brasil tinha como intuito mostrar para o mundo que também partilhava a da lógica civilizadora do progresso e da modernidade. O papel do engenheiro também é destacado por Barroso, pois, era o símbolo das transformações que ocorriam nesse período. Mas, dentro de sua perspectiva, o papel do engenheiro se perde com a crise liberal, e os ideais de progresso ligados as construções urbanísticas, à ciência e tecnologia, deveriam ser substituídos pela necessidade de formação de sua população, que deveria ser educada dentro da lógica sanitaria. Esse trecho demonstra exatamente o período de transição, especialmente após a I Guerra Mundial, que Costa e Schwarcz (2007) descreveram, onde no lugar do “tempo das certezas”, passou a vigorar o pensamento conservador e pessimista sobre o futuro da sociedade. A civilidade, portanto, para Barroso, estava ligada a formação de seu povo, como destaca em seguida:

Esta yankisação do meu querido paiz traz-me consolo e esperança pelo lado do desenvolvimento physico. Eu me alegrarei em vêr o brasileiro amar os exercicios que dão saúde e vigor como os gregos amavam jogos delphicos e olympicos, os romanos corridas circenses de bigas e quadrigas, o homem da idade-media guerras, justas, torneios e bafordos.

Os meus temores se accentuam pelo lado moral. O americano do norte teve, na sua formação, a base moral da gente perseguida que povoou as Virginias e

as Carolinas: os puritanos, os presbiterianos, os aristocratas dos Stuarts destronados e os soldados de Cromwell vencido. Nós tivemos degredados, selvícolas, negros e fora o mais que não se póde e não deve dizer, pelo menos em voz alta...

Jubilo estudante seria meu, quando visse uma nova, e brilhante, e membruda raça brasileira, de cruzamento util e digno, caracterizando-se no aspecto varonil, na cor, na altura, confiante na solidez de seu arcabouço e no offensivo poder de sua murraça, fazendo esquecer a mestiçagem fracalhona, e banal, e estúpida, que desde a menenice, eu tristemente contemplo e cuja a degenerescencia durante trinta annos tenho melancolicamente acompanhado (BARROSO,1916b:18).

Podemos verificar que, mesmo refletindo sobre a importância dos esportes para o desenvolvimento físico, ele não acredita ser o suficiente para a construção “moral” da sociedade. Esta não pode ser modificada, pois, a “mestiçagem” degenera o povo, que a seu ver, só seria possível com a formação de uma “nova raça brasileira”. Esse discurso é muito importante para entendermos que Barroso não se encontrava do lado dos intelectuais que adotavam propostas eugênicas levando em consideração a miscigenação brasileira. Para ele, a sociedade brasileira se encontrava degenerada, sem solução aparente, e, sem a preocupação devida ao assunto: “Mas eu queria, meu amigo, essa fortaleza alicerçada numa base moral. Não a vejo. Não sinto ninguém no esforço de fabrical-a. Não conheço alguém capaz de produzil-a. Não acredito nos diabos que, depois de velhos, se fazem ermitãos e andam a pregál-a...” (BARROSO, 1916b:18).

É importante notarmos essa visão, pois, dias depois, apresentou um projeto de lei de restrições de estrangeiros no Brasil. Nos jornais do período ficou conhecida como lei dos “indesejáveis”, pois, elencava quais os estrangeiros que não poderiam entrar no Brasil.

Devemos destacar a palavra “indesejáveis”, que foi amplamente utilizada nesse período para identificar os grupos que eram vistos como degenerados na sociedade, contribuindo para a decadência da mesma. Menezes (1996) mostra em seu trabalho como essa palavra tinha uma conotação política muito forte, ligada principalmente aos anarquistas que vieram através de imigrações no final do século XIX, e que passaram a ser vistos de maneira negativa, principalmente por suas posições políticas, que poderiam “denegrir” os ideais nacionalistas de progresso.

O discurso implantado sobre “Os indesejáveis”, apesar de obter maior destaque entre 1917-1930, principalmente por parte da imprensa, como relata Menezes (1996), já estava presente não somente nos discursos, mas na própria constituição da primeira República.

Quer compondo o conjunto das classes trabalhadoras, quer constituindo as chamadas classes perigosas, os indesejáveis, desclassificados forjados pela modernidade, firmaram-se como objetos centrais da ação repressiva desencadeada pelas autoridades republicanas na virada dos noventa e nas primeiras décadas do novo século (MENEZES, 1996:92).

Segundo a autora, houveram três fases distintas na expulsão ou recusa dos indesejáveis no Brasil republicano:

A primeira fase, caracterizava-se pelos acórdãos proferidos nos recursos de habeas corpus, impetrados entre 6 de julho e 21 de julho de 1893, que reconheciam a plenitude do poder de expulsão administrativa por exigência da ordem e tranquilidade públicas. Nela consagrou-se a ideia de território nacional, independente de processo e condenação judiciária, configurava-se como atribuição do Executivo.

A segunda fase destaca-se pela exigência de lei ordinária regulando a matéria. Esta necessidade era uma decorrência da concessão, pelo Supremo Tribunal, de vários habeas corpus a indivíduos condenados à expulsão, devido à suspeição de sua participação na Revolta Armada. Concedidos com base em doutrina, segundo a qual a deportação do estrangeiro residente era uma das maiores e mais violentas restrições à sua liberdade individual, este encaminhamento respaldava a ideia de que a expulsão só podia configurar-se lícita e constitucional se conformada às normas legais. Isto significava que ela só podia se efetuar em duas hipóteses: ou em consequência de lei que determinasse as motivações para a sua efetivação, ou em virtude de tratados internacionais que a regulamentassem.

A terceira e última fase, foi aquela consagrada pelo regime instituído pelo Decreto nº 1641, de janeiro de 1907, a partir da qual o Supremo Tribunal Federal passou a reconhecer a legitimidade do direito de expulsão administrativa, com recurso para o Poder Judiciário. Este recurso tornava possível expulsar todo estrangeiro indesejável residente no país por menos de

dois anos contínuos, não sendo ele casado com brasileira ou viúvo com filho brasileiro, casos nos quais, a expulsão era ilegal (MENEZES, 1996:201- 202).

O papel dos estrangeiros no início do século XX estava vinculado à constituição de uma nova mão de obra, branca, que tinha como intuito a formação de uma população brasileira moralmente qualificada através da lógica da política de branqueamento. A imigração de estrangeiros para o Brasil cursou diversos caminhos, por exemplo, na formulação de leis sobre imigração que foram modificadas diversas vezes, principalmente após o surgimento de movimentos anarquistas, fazendo com que a entrada de alguns estrangeiros fosse restringida, ou até mesmo, que aqueles considerados como subversivos fossem expulsos do país⁸. O imigrante passou a ser visto como *estrangeiro* até 1926, quando houve uma reforma constitucional baseada em preceitos liberais, igualando nacionais e estrangeiros residentes (MENEZES, 1996).

Sabemos que posteriormente, no Estado Novo, o nacionalismo pregado pelo governo de Vargas teve propostas xenofóbicas, criando leis de cotas de imigração, diminuindo consideravelmente o número de imigrantes. Carneiro analisa as políticas propostas por Getúlio Vargas como, também, antissemítas, havendo no período de seu governo perseguição aos judeus (1988). A preocupação, portanto, com a formação da sociedade brasileira e seus habitantes perdurou por muito tempo.

Dentro da lógica de “indesejáveis”, Gustavo Barroso propõe o seu projeto de restrição de imigrantes:

Art. 1º O Governo Federal impedirá a entrada no território da República aos indivíduos de nacionalidade estrangeira, cegos, surdos-mudos, paralyticos, enfermos de molestias contagiosas ou incuraveis, mutilados do braço direito, de ambos os braços ou ambas as pernas, idiotas, imbecis, alienados mentaes de qualquer especie, criminosos, condemnados nos seus paizes de origem, mendigos, ciganos, mulheres sós, viuva com filhos menores de 16 anos, homens maiores de 60 annos e menores de 16 (BARROSO,1916a:4).

Esse projeto teve grande repercussão no período, que, apesar de algumas críticas, teve grande apoio de diversos intelectuais do período, como destacado pelo jornal *O Malho*, de 30 de setembro de 1916:

⁸ Descrições mais aprofundadas sobre os anarquistas no Brasil e expulsões realizadas pelo governo em: MENEZES, 1996.

O deputado Gustavo Barroso apresentou um projeto que visa impedir a entrada do pessoal que ficar inutilizado na guerra. O Antonio Carlos fez declarar que o governo faz questão de que o projecto seja aprovado quanto antes, porque, em materia de invalidos, já basta o que existe cá por casa. Os apoosentados, jubilados, etc... já mamam mais de um terço dos nossos orçamentos. A ideia está também sendo valentemente defendida por Medeiros de Albuquerque, Epitacio Pessoa, Graça Aranha, Nuno de Andrade, Eduardo Salamonde, Amaro Cavalcante, e outros brasileiros ilustres. Nada de concorrências.... (*O MALHO*, 1916: 20).

Isso nos mostra que a preocupação com a formação da população brasileira era uma questão recorrente em diversos intelectuais, que, nesse período, também buscavam opções para a construção de uma sociedade civilizada dentro da lógica ocidental.

Diversos jornais do período propagaram a proposta de Barroso. Em entrevista ao *Jornal do Comércio*, em 29 de setembro de 1916, Barroso comentou sobre o que se baseava seu projeto:

[...] Elle visa afastar do Brasil todos aquelles que não possam ser factores de trabalho, energias aproveitaveis; aquelles que pelas suas condições de saude ou raça não possam contribuir senão para piorar as condições actuaes do povo brasileiro. Certo é que com a terminação da guerra ha o perigo duma invasão maior de "indesejaveis", mas o projeto visa afastal-os agora, no fim da guerra e mais futuramente ainda. A guerra foi simples e unicamente quem acordou uma idéa que ainda se não precisaria bem, mas existia latentemente (*JORNAL DO COMMERCIO*, 1916: s.n. grifo nosso).

Como nos mostra Barroso, o projeto tinha como intuito formar uma classe trabalhadora nos moldes morais e disciplinares do período, mas, dentro de sua lógica eugênica, não seriam todos os que poderiam contribuir para a formação dessa classe trabalhadora. Os que não tinham “condições de saúde ou raça” seriam excluídos dentro de sua proposta claramente eugenista.

As leis de restrições foram utilizadas por países que adotaram a eugenia abertamente, destacando os Estados Unidos, que teve a primeira lei de esterilização aprovada em 1907, no estado de Indiana. Sendo uma das mais radicais do período, foi

utilizada por Barroso como exemplo recorrente. Em entrevista ao jornal *A Rua*, em 23 de setembro 1916, Barroso defendeu a importância da política restritiva, utilizando nossos vizinhos chilenos e argentinos, assim como os Estados Unidos, como exemplos:

A Argentina viu o perigo antes de nós. Viu dias antes, porque lá se tratou da questão em Março, se não me engano, e aqui o “Jornal do Commercio” da tarde iniciou sua brilhante campanha a 27 de Abril, publicando interessantes estatísticas das entradas dos imigrantes neste porto, as quaes eram nas suas tres quartas partes mulheres e crianças.

O governo argentino, sentindo a necessidade de defender a raça e o progresso nacionaes não cuidou de esperar leis de parlamento, cujos trâmites e discussões muito se alongam. Viu sua lei de Imigração o art. 32 e regulamentou-o sem demora, tornado-oproprio para o fim visado. (cita-o, sendo o teor do artigo, próximo ao brasileiro)

[...] No Chile, tambem o Congresso está cogitando do assumpto, que o governo reputa de tal maneira imprescindível e urgente que, antes de ser votada qualquer lei, o Ministro do Interior baixou um decreto, determinando exigir-se de cada imigrante um certificado de boa saúde visado pelo cônsul chileno no paiz de procedimento. A lei americana impede a entrada de loucos, mendigos, analfabetos, prostitutas e todos que não possuírem certa somma (40 dollars), necessaria ás primeiras despezas... (*A RUA*, 1916: 1).

169

Barroso deixa claro sua proximidade com os ideais eugênicos, e, que, se deveria fazer algo para “salvar” a nação brasileira. Mas, ironicamente, argumenta que seu projeto é “menos radical” que dos outros países citados, não tendo tanto “rigor”, pois, dentro de de sua lógica: “no projeto que apresentei á Camara procurei sem esquecer as idéas que me levaram á escreve-lo, ser o mais humano possível e fiz todas as excepções que era possível fazer” (*A Rua*, 1916: 1, grifo nosso).

Fica claro que Barroso já havia entrado em contato com escritos eugenistas, e que estes, lhe influenciaram profundamente. Em entrevista ao *Jornal do Comércio*, em 29 de setembro de 1916, deixa mais explícito quem eram os indesejáveis:

Acha que o seu projecto convertido em lei e devidamente regulamentado prohibirá por completo a entrada de elementos nocivos?

Creio que sim, porque nelleaccumulei todas as classes de "indesejaveis", não esquecendo nem mesmo os ciganos, gente vagabunda e incapaz de qualquer

trabalho util, que a Argentina não pode desembarcar. Ha, no entanto, uma outra classe de "indesejáveis" e dos peores, cuja proibição de entrada exige um estudo mais acurado e talvez uma lei especial. Quero fallar dos negros de Barbados, Santa Lucia e outras Antilhas, que immigram para a Amazonia em quantidade alarmante. Sobre esses, quando colligir dados precisos, pretendo fazer procurar o remédio necessario. (*JORNAL DO COMMERCIO*, 1916: s.n.)

Ao destacar os imigrantes ciganos e os negros de Barbados, verifica-se que sua preocupação maior era a de formar um povo moralmente apto para o trabalho, e que algumas "raças", não entrariam nessa perspectiva. Isso vai de encontro com suas ideias eugenistas, lembrando que neste período, havia uma forte política de "branqueamento", ou seja, o maior interesse era o de que viessem europeus para nosso país, objetivando a formação de novos cidadãos. Em relação aos negros, ele buscava os "remédios necessários".

É interessante também ressaltar a sua citação referente aos *negros de Barbados*. Devemos lembrar que nesse período diversos trabalhadores negros vieram para a parte norte do país, especificamente Amazônia e Pará, atrás de trabalho. Os *barbadianos* eram os negros que se encontravam na região das ilhas do Caribe inglês, que tiveram de disputar trabalho com outros imigrantes que chegavam à região, com uma pequena desvantagem: sua cor⁹.

Fica claro que Barroso acredita em um progresso ligado a um determinismo biológico como forma de transformação social. Em sua concepção não há uma formação nacional "adequada", sem uma "raça" adequada. O determinismo biológico e o nacionalismo estão interligados em sua concepção.

Mas, essa visão não era exclusiva de Gustavo Barroso. Como vimos, diversos intelectuais o apoiaram. Dentre eles Medeiros e Albuquerque, que descreve, no jornal *A Noite* em 14 de setembro de 1916:

Quando a guerra acabar, ella vae deixar um numeroconsideravel de estropiados em todos os paizesbelligerantes. Estropiados e incapazes de ganhar a vida, que ou serão imediatamente ou torna-se-hão dentro de pouco tempo mendigos.

⁹ Para saber mais sobre a imigração dos negros barbadianos verificar a tese de LIMA (2013).

Desses, os respectivos governos favorecerão por todos os modos a emigração. E como só ha no mundo uma paiz-monturo, para qual os outros podem varrer impunemente mesmo os seus criminosos; vamos provavelmente ter uma invasão desses mãos elementos.

Nota-se que nossos hospitaes e até a nossa Casa de Correção já teem tido em alguns annos mais estrangeiros que nacionaes – o que não acontece em nenhuma outra nação.

A guerra acabada, os impostos vão ser terrivelmente agravados em todos os paizes belijerantes, tanto vencidos como victoriosos. Muita gente procurará partir para o estrangeiro. E da-se-ha então essa selecção: os bons elementos irão para os Estados Unidos, porque lá não deixam entrar os mãos, o resto, o cisco, os detritos, virão naturalissimamente para o Brazil.

O cazo é tão sério, tão grave, tão importante que se pôde esperar que a jurisprudência, até aqui contraditoria, e ocilante do Supremo Tribunal se decida a tomar um rumo certo e a ver o perigo nacional que nós corremos, si continuarmos a ser o vazadouro de lixo do resto do mundo” (ALBUQUERQUE,1916: 1).

171

Podemos observar, portanto, que Barroso, assim como outros intelectuais, acreditava realmente que poderia mudar a sociedade brasileira, hierarquizando em novos termos a sociedade, através de um respaldo científico eugênico.

Também podemos destacar nesse discurso a ênfase que é dada ao trabalho. Os "indesejáveis", são os não trabalhadores, os que não poderiam ajudar no "progresso" brasileiro, os que não estavam nos moldes burgueses de trabalho e família. Aqueles que não foram "domesticados", ou seja, aqueles que não seguiam os padrões impostos pelas elites e que não foram "disciplinados". Estando fora da educação burguesa, estariam fora da sociedade, e por esse motivo, deveriam ser isolados, ou até, em casos extremos, exterminados.

Barroso mostra-se sempre preocupado com o “futuro do país”, sempre ligado à forma que a população se portava e com a falta de pulso firme do Estado. Na revista *Fon-Fon*, em 14 de outubro de 1916, assinado novamente pelo pseudônimo Jotaenne, Barroso, em conversa com Cláudio França, demonstra essa preocupação. No texto, França pede para que ele leia algumas páginas de um livro que estava aberto em sua mesa. Estes eram

trechos de Charles Letourneau¹⁰. Esse, como outros pensadores conservadores, tinha o intuito, como relata Leite (1974), de destacar os valores da elite. Mas, o mais interessante é que, além do habitual argumento de desigualdade das raças, ressaltava-se também, que algumas classes também não chegavam ao mesmo nível de outras, como operários e a pequena elite. Jotaenne/Barroso relata:

A misera nação que supomos, porém, não seria só no mundo. Ao lado e em derredor dellarivaes mais espertas teriam ficado sadias e mais fortes, e vencel- a-iam, por certo, na concurrenciaethnica, porque teriam conservado e desenvolvido as energias phisicas, moraes e intellectuaes. Pacificamente ou não, consequentemente e forçosamente, ellassuplantariam, em virtude da propria lei do progresso, a raça retardada, cujo paiz cedo ou tarde seria riscado da lista das nações... Lastimemos os povos moribundos... (BARROSO, 1916c:18).

É interessante verificarmos que Letourneau teve influência no pensamento de Barroso, pois, como destaca Leite (1976), acreditava não somente na diferenciação racial, como forma de hierarquização, mas que algumas classes, também eram inferiores a outras. Esse pensamento convergirá com as argumentações de Barroso referentes a imigração de “desejáveis”, pois brancos, que tinham um papel já definido pelo Estado: o de trabalhador braçal, operário. A ideia era de “melhorar a sociedade” com o branqueamento e as qualidades dessa raça, mas, com certeza, de não permitir a formação de novas elites no poder. A eugenia foi utilizada como forma de destacar as qualidades brancas para a formação de uma nação “melhorada”, mas não de formação de um novo poder, não advindo de fora do país, pelo menos.

No ápice de sua admiração pela eugenia, mais de uma década depois, Gustavo Barroso exalta o papel do “pai da eugenia brasileira”: Renato Kehl. No Boletim de Eugenia de agosto de 1929, Barroso escreve:

¹⁰ Dante Moreira Leite relata que Letourneau, que durante algum tempo foi um autor lido e respeitado no Brasil, em seu livro *La Psychologie Ethnique: Mentalité des Races ET des Peuples*, que demonstra a transposição da teoria das raças como teoria dos povos, descreve como base de sua teoria: “... a possibilidade de traçar a evolução da vida mental, desde os animais até as construções mais elevadas do espírito humano, como as ciências e as artes. Esse plano gigantesco é sustentado sobre premissas muito simples: o evolucionismo explica o desenvolvimento, e a lei da evolução depende apenas de dois princípios, isto é, a luta pela vida e transmissão de caracteres adquiridos...” (LEITE, 1976:34-35).

Nenhum paiz precisa tanto melhorar a sua raça do que o Brasil e, como elle hoje se curva para si próprio, interessando-se pelos seus problemas vitaes de toda ordem, serão benemeritos todos os esforços por uma cruzada pró-melhoramento da espécie. Á frente della, felizmente se encontra um sábio e um “bandeirante” de rara envergadura de lutador de rara fibra de patriota, o dr. Renato Kehl. Ha quinze anos, elle combate pela eugenia, entre nós. Ha dez, fundou a Sociedade Eugénica de São Paulo, que tão grandes serviços vae prestando. E, tendo sido taxado de utopista, no alvorecer de sua campanha, tem a dita de vêl-a nos nossos dias vencedora em todos os espíritos, porque somente os cegos poderão negar a “imperiosa necessidade da defesa eugênica da família e da nacionalidade.”(BARROSO,1929: 4).

Como verifica-se, para Barroso, em meio aos elogios a Renato Kehl, a Eugenia estava atrelada a ideia de formação de uma nacionalidade com as “qualidades morais brancas”, em “defesa da família”, discurso esse que irá retomar no integralismo.

Podemos também fazer referência, a outras afirmações neste mesmo sentido, como aquelas presentes no jornal *A Rua*, onde Barroso exalta a luta pela formação de uma população brasileira “sadia” como forma de patriotismo. No final da entrevista diz:

Nada ha de mais importante de decisivo para o futuro do Brasil, já tão mal servido ethnicamente e que só com a acção do tempo se irá libertando dos elementos pessimos que a atopem, do que a formação de uma raça physica e moralmente sadia, apta para qualquer trabalho, expurgada de sangue máo e de tendencias perniciosas. Nenhuma brasileiro digno deste nome, estou certo, poderá ser contrario a estes patrioticos propósitos (*A RUA*, 1916:1).

Leite (1976) destaca que o racismo no Brasil coincide com a luta de classes, e devemos verificar que a eugenia, nesta tendência, nada mais foi do que uma justificativa da dominação branca, objetivando hierarquizar a sociedade, de acordo com suas “características”.

Como destaca Diwan (2012), Renato Kehl não foi o único pensador eugenista no Brasil. Podemos nos referir da mesma forma à Gustavo Barroso, que, como vimos, teve o apoio, inclusive, de outros intelectuais para sua ideia de restrição de imigrantes. Esses pensamentos eugênicos, portanto, perpassavam boa parte da elite intelectual.

A ciência, como também verificamos, foi utilizada de forma determinista, com intuítos claramente políticos. A luta de classes passou a ser também racial, e “comprovada cientificamente”, objetivando que a elite continuasse no poder.

A eugenia foi uma forma de controle social, baseada em discursos nacionalistas, num período de busca de uma identidade brasileira. A utilização da eugenia por Barroso está intimamente ligada a ideia que tem de progresso. O progresso, para ele, está conectado a formação de uma nação civilizada que mudaria o rumo catastrófico a que estava destinada.

Considerações finais

As diversas transformações ocorridas no mundo e principalmente no Brasil propiciaram o surgimento de pensamentos mais conservadores ligados a uma elite intelectual e política, que passaram a buscar um novo pensamento nacionalista, bem como uma nação “genuinamente” brasileira.

Como vimos, Gustavo Barroso estava inserido em meio a esses pensamentos que borbulhavam em nossa sociedade, influenciados principalmente pelo conservadorismo de diversas vertentes, que consideravam em alguns casos, a questão racial como fundamental para a formação de uma sociedade soberana.

Acreditamos que, o contato com a eugenia, trouxe reflexos para a formação precoce de sua visão autoritária, e posteriormente integralista. Devemos nos ater ao fato de que grande parte dos intelectuais proferia pensamentos próximos ao de Barroso, e principalmente, que ele foi um homem de seu tempo, inserido em uma sociedade, falando de um lugar: o da elite.

O que podemos afirmar com certeza é que discursos autoritários, como os elaborados por Gustavo Barroso, ainda estão em meio à sociedade ativamente. Os últimos acontecimentos em nossa história têm mostrado a força do pensamento reacionário que se mostra mais vivo do que nunca. Como cita Fausto: “... temos boas razões para não gostar dos nacionalistas autoritários, mas, em vários aspectos, não podemos considerá-los como simples relíquias do passado...” (FAUSTO, 2001:73).

Fontes

ALBUQUERQUE, Medeiros (1916). O Monturo do mundo. *A Noite*. Rio de Janeiro, p. 1,14 set.

- BARROSO, Gustavo (1909). *A Derrocada*. (Acervo do Museu Histórico Nacional).
- ____ (1916a). Um projecto sobre a entrada no país de estrangeiros indesejáveis. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 262, p. 4,19 set.
- ____ (1929). O Brasil e a Raça. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, n. 8, p. 4, ago.
- ____ (1916b). Ganhar Dinheiro. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, n. 38, pp.18-19, 16 set. _____
- (1916c). Tal e Qual! *Fon-Fon.*, Rio de Janeiro, n. 42, p. 18, 14 out.
- (1916) Como o senhor Gustavo Barroso justifica seu projeto. *A Rua*. Rio de Janeiro, n. 262, p.1, 23 set.
- (1916) O Brasil Asylo de invalidos: Uma entrevista com o autor do projecto contra os indesejáveis. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 29 setembro, s.n.(Acervo do Museu Histórico Nacional)
- (1916) Projeto contra os indesejáveis. *O Malho*. Rio de Janeiro, n. 733, p. 20. 30 set.

Referências Bibliográficas

- BEIRED, José Luis Bendicho (1999). *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Loyola.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (1998): *Dicionário de política I*. 11 ed. Brasília: Universidade de Brasília.
- CARNEIRO, Maria L. T., *O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CHAUÍ, Marilena de Sousa & FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho (1985). *Ideologia e mobilização popular*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- COSTA, Angela Marques da Costa & SCHWARCZ, Lilia Moritz (2007). *1890-1914: No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das letras.
- COSTA, Luiz Mário Ferreira (2009). *Maçonaria e Antimaçonaria: uma análise da “História secreta do Brasil” de Gustavo Barroso*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- CRUZ, Natalia dos Reis (2004). *O Integralismo e a questão racial. A intolerância como princípio*. Tese (Doutorado em História Política). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- DIWAN, Pietra (2012). *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no Mundo*. 2 ed. São Paulo: Contexto.
- FAUSTO, Boris (2001). *O pensamento nacionalista autoritário: (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- HOBBSBAWM, Erick J. (1995). *Era dos Extremos: o breve século XX: 1994-1991*. 2 ed. São Paulo: Companhia das letras.
- LEITE, Dante Moreira (1976). *O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*. 3 ed. rev. São Paulo: Pioneira.
- LIMA, Maria Roseane Corrêa Pinto (2013). *Barbadianos negros e estrangeiros: Trabalho, racismo, identidade e memória em Belém de início do século XX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- MAIO, Marcos Chor (1992). *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago.
- MENEZES, Lená Medeiros (1996). *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

- MOREIRA, Afonsina Maria Augusto (2006). *No norte da saudade: Esquecimento e Memória em Gustavo Barroso*. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (1990). *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq.
- PRIOR, Tamara (2013). *Contra a decadência: o mito da virtude eugênica*. Eugenia e História: ciência, Educação e Regionalidades. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina; UFABC, Universidade Federal do ABC; CD.G Casa de Soluções e Editora.
- SANTOS, Ricardo Augusto (2015). Os intelectuais e a eugenia. In: *1º Seminário Nacional Sociologia e Política Pública UFPR*. Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT6%20online/EixoI/intelectuais-eugenia-RicardoSantos.pdf>>. Acesso: em: 10 abr. 2015.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (2012). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião (2006). *Política biológica como projeto: A “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro.
- STEPAN, Nancy Leys (2005). *A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. 20 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz.

176

Artigo recebido em 24 de setembro de 2015.

Aprovado em 30 de maio 2017.

DOI: 10.12957/intellectus.2017.18836